

E agora, Japão?
O dilema de segurança japonês diante da ameaça norte-coreana

Ricardo dos Santos Poletto

O leste asiático presencia um cenário que se assemelha aos anos de chumbo da Guerra Fria, cujo componente característico de aceleração da corrida armamentista na vizinhança toma forma no Pacífico Oriental contemporâneo. O Japão não pretende ficar estático diante das dramáticas mudanças no ambiente regional que ocorrem ao seu redor nos últimos anos. Se, por um lado, a estratégia japonesa de contenção se baseia eminentemente em estratégias de dissuasão, por outro, o contexto hostil obriga os japoneses a repensar seu quadro constitucional, atado à tutela norte-americana no pós-II Guerra.

O anúncio norte-coreano em 9 de outubro sobre a condução de seu primeiro teste nuclear foi a culminância de um processo de hostilidades que se desenrola há décadas. Os programas militares coreanos sempre apontaram como referencial o vizinho do Pacífico e aliado norte-americano na região; os mísseis balísticos coreanos não deixam dúvidas sobre a prioridade em termos de poder de alcance. Potencial alvo também é o contingente militar norte-americano de 50.000 soldados instalados no país aliado.

Em agosto de 1998, a Coreia do Norte lançou um míssil de teste sobrevoando o Japão. A resposta foi o desenvolvimento imediato de escudos antimísseis, conjuntamente com os Estados Unidos. Assim, destacamento militares em Okinawa e prontificação de interceptadores Patriot são constantes na agenda militar japonesa nos últimos dez anos. A ameaça é, de fato, preocupante dada a proximidade do inimigo. Analistas avaliam que o tempo de reação japonês para uma ofensiva balística norte-coreana é de apenas sete a doze minutos. Investimento em defesa representa 1% do PNB que, embora possa não parecer muito em termos relativos globais, coloca o Japão entre a quarta ou quinta posição em gastos militares, com uma média anual de US\$ 42 bilhões¹.

Embora os japoneses já estejam experimentando um ambiente de tensão militar nos últimos anos, o crescente vulto da ameaça coreana evidencia inquietude sem precedentes com relação às rédeas constitucionais para a política de defesa nacional. Desde o final da II Guerra Mundial, o Japão renunciou ao uso de força militar para a resolução de conflitos

¹ Números apresentados por Lance Gatling, ex-oficial de inteligência do exército norte-americano. International Herald Tribune, “Japan’s race to rearm started well before North Korean nuclear test”, 30 de outubro, 2006.

internacionais. O cenário de transformações joga dúvidas sobre a validade pétrea de princípios que podem parecer anacrônicos sessenta anos depois.

Uma alteração nos rumos dos princípios de defesa japonesa não deve ser vista, entretanto, como uma reação exclusiva ao foco de hostilidades na península coreana, mas como o reflexo dos imperativos de uma conjuntura regional cambiante. O elemento chinês é igualmente significativo desde o salto orçamentário em gastos com defesa nos anos 90. Beijing adota uma política militar discreta e não apresenta os números da conta militar. É evidente, contudo, a escalada em investimentos na área de defesa acompanhando a onda de crescimento. Japão e Estados Unidos contestam a falta de transparência das autoridades chinesas e questionam a subestimação dos números do orçamento de defesa da República Popular da China, que deve ser bem superior aos US\$35 bilhões anunciados em 2006. Como se não bastasse, o cenário asiático em termos nucleares é alusivo, contando com um clube nuclear de Rússia, China, Índia, Paquistão e Coreia do Norte, quando não incluídos Estados Unidos, ativo participante do complexo regional, Israel e Irã.

O Japão se coloca debaixo do guarda-chuva nuclear norte-americano e não têm incentivos para desenvolver um programa nuclear ao se considerarem os custos políticos. Mas mesmo um tema tão controverso quanto o desenvolvimento de armas nucleares pelo Japão como incremento de sua política de defesa tem sido levantado por figuras políticas importantes do partido governista, Partido Democrático Liberal. A discussão levada a cabo nos salões do partido se baseia no argumento de que a constituição japonesa, mesmo com todas suas limitações no campo militar, não traz impedimentos expressos para armas nucleares.

Entretanto, o debate nuclear no Japão é estéril na medida em que, na teoria da contenção nuclear, não haveria possibilidade de *second strike* dadas as dimensões das ilhas japonesas e a capacidade destrutiva de um ataque vindo da península com objetivos de destruição total. Ainda mais importante é a percepção de que a Coreia do Norte joga um jogo alheio aos princípios do ator racional da lógica da contenção nuclear. Finalmente, as cicatrizes de Hiroshima e Nagasaki constituem uma barreira em termos de opinião pública para a decisão política de adotar uma política mais agressiva por meio de capacidade nuclear. As consequências políticas de uma retirada japonesa do TNP seriam fatais para as pretensões ao assento no Conselho de Segurança. Não obstante, é inegável que os contornos dessa inquietação política apontam uma mudança de abordagem que leve ao redesenho constitucional. As últimas declarações do ministro das relações exteriores, Taro Aso, deixam poucas dúvidas sobre o desconforto japonês em relação à dependência do guarda-chuva norte-americano a longo prazo em uma região que constantemente apresenta novas ameaças a seu País.

Uma ampliação do debate de segurança nacional do Japão pode gerar apreensão nos círculos da comunidade internacional na medida em que tende a alimentar os vícios do dilema de segurança no leste asiático, mas o debate é, no mínimo, razoável. As indicações são de que os japoneses caminham em direção a uma abordagem mais realista. Resultado que não poderá ser condenado como reminiscência ou fruto dos atributos expansionistas condenados nas primeiras décadas do século XX, mas deverá ser visto como efeito dos imperativos existenciais que o contexto regional impõe ao Japão.